

CPI dos Devedores já impulsiona acordos de R\$ 760 milhões

Comissão da Câmara Municipal investiga débitos tributários que somam R\$ 56 bilhões em SP

A instalação da CPI dos Devedores na Câmara Municipal de São Paulo já provocou movimentações entre empresas com pendências tributárias junto ao município. Segundo integrantes da comissão, aproximadamente R\$ 760 milhões passaram a ser negociados após o início dos trabalhos do colegiado, criado para investigar grandes débitos fiscais ligados à capital paulista.

A primeira reunião da comissão foi realizada nesta quinta-feira (28). A CPI apura dívidas relacionadas a impostos municipais, como IPTU e ISS, além de outros créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa. O objetivo declarado pelos vereadores é ampliar a recuperação de valores considerados devidos ao município.

De acordo com dados apresentados durante a reunião, as 50 maiores empresas devedoras da capital acumulam, juntas, mais de R\$ 56 bilhões em débitos tributários. A comissão pretende analisar os mecanismos de cobrança ado-

tados pela Prefeitura, a efetividade das negociações realizadas e os impactos financeiros da inadimplência para os cofres públicos.

O presidente da CPI, vereador Sansão Pereira (Republicanos), afirmou que a criação do colegiado já estimulou empresas a procurar formas de regularização fiscal. Segundo ele, parte dos acordos começou a ser discutida antes mesmo do início das oitavas da comissão.

Durante a reunião, representantes da área econômica e jurídica da Prefeitura apresentaram informações sobre programas de parcelamento e recuperação de créditos tributários. O secretário da Receita Municipal, Thiago Salvioni, explicou que a administração municipal mantém diferentes modalidades de negociação voltadas aos contribuintes em débito.

Entre os programas mencionados estão o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) e o "Fique em Dia", iniciativas que

oferecem condições diferenciadas para pagamento de débitos tributários. De acordo com a Prefeitura, as ações têm contribuído para ampliar a arrecadação e reduzir o estoque da dívida ativa.

Segundo Salvioni, o município já recuperou quase R\$ 3 bilhões por meio dessas iniciativas de negociação fiscal. Ele afirmou ainda que os programas têm recebido adesão de empresas e contribuintes interessados em regularizar pendências junto à administração municipal.

Outro convidado da reunião foi o chefe da Procuradoria Geral do Município, Rafael Felga, que apresentou dados sobre a tramitação de execuções fiscais na cidade. Segundo ele, a digitalização dos processos e o reforço em mecanismos de bloqueio judicial ampliaram a capacidade de cobrança do município.

Felga informou que a capital possuía cerca de 1,5 milhão de execuções fiscais e que atualmente o número caiu para aproximadamente 620 mil processos.

Também afirmou que já foram realizados milhões de bloqueios de ativos financeiros relacionados a empresas devedoras.

Os parlamentares discutiram ainda alternativas para ampliar a recuperação de créditos tributários. A vereadora Janaína Paschoal (PP) defendeu o uso de instrumentos previstos na legislação municipal que permitam acordos envolvendo prestação de serviços ao município em vez de pagamentos exclusivamente em dinheiro.

Já o relator da CPI, vereador Marcelo Messias (MDB), afirmou que a comissão pretende analisar se os instrumentos atualmente disponíveis são suficientes para garantir a cobrança dos grandes devedores. Segundo ele, a inadimplência de grandes empresas pode afetar a capacidade de investimento da cidade.

Durante a reunião, os vereadores aprovaram 11 requerimentos ligados à investigação. Entre eles, convites para representantes

de empresas incluídas na lista dos maiores devedores divulgada pela Prefeitura em março deste ano.

Foram chamados representantes financeiros do Banco do Brasil, Claro, Rede D'Or, FacebookBR e Hapvida NotreDame Intermédica. A comissão também aprovou diligências junto à Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e pedidos de informações ao Conselho Municipal de Tributos.

Além disso, a empresa municipal Prodam deverá fornecer relatórios atualizados sobre créditos tributários e não tributários, incluindo informações sobre a situação judicial dos débitos analisados pela CPI.

As reuniões da CPI dos Devedores ocorrem quinzenalmente no Plenário 1º de Maio, na Câmara Municipal de São Paulo. O colegiado foi instalado em 14 de maio e terá prazo regimental para conduzir as investigações e apresentar relatório final com eventuais recomendações ao Executivo e aos órgãos de controle.



Durante a reunião, os vereadores aprovaram 11 requerimentos ligados à investigação.

Audiência debate reajuste salarial da GCM antes de votação final na Câmara de SP

Laura Lima | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo realizou, nesta quinta-feira (28), uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 388/2026, que propõe alterações na remuneração dos integrantes da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A proposta, enviada pelo Executivo, já recebeu aval em primeira votação no plenário e ainda precisará passar por análise final dos vereadores.

O texto trata da revisão das tabelas salariais do regime de subsídio aplicado ao quadro técnico da corporação. Segundo a justificativa apresentada pela Prefeitura, a medida busca atualizar a estrutura remuneratória da carreira e ampliar os percentuais relacionados às promoções verticais dentro da GCM.

A administração municipal argumenta que as mudanças pretendem valorizar funções de comando e liderança exercidas pelos agentes, além de fortalecer a atuação institucional da guarda na área de segurança urbana. O governo também afirma que a proposta busca aprimorar a organização interna da corporação e incentivar a progressão funcional.

O projeto em análise altera dispositivos previstos na Lei 17.812, de 2022, que regulamenta a remuneração dos servidores da GCM. As mudanças atingem tanto os servidores efetivos quanto os admitidos em regimes estáveis e não estáveis.

Durante a audiência pública, representantes da categoria e moradores da capital participaram das discussões e apresentaram posicionamentos favoráveis e críticas ao conteúdo da proposta. Parte das



Proposta de ajuste foi enviada pela Prefeitura de São Paulo

manifestações destacou a necessidade de valorização profissional e ampliação de investimentos na estrutura da guarda municipal.

Entre os participantes, integrantes da corporação de-

fenderam a importância do fortalecimento da carreira para melhorar o atendimento prestado à população e ampliar a capacidade operacional da GCM nas ruas da cidade. Também

houve relatos sobre o impacto das condições de trabalho e da remuneração na permanência dos agentes na corporação.

Por outro lado, algumas falas apontaram desigualdade na distribuição dos reajustes previstos pelo projeto. Críticos afirmaram que os maiores percentuais de aumento beneficiariam cargos mais altos da estrutura hierárquica, enquanto agentes em início de carreira teriam reajustes menores ou inexistentes.

O debate foi conduzido por integrantes da Comissão de Administração Pública e integra a tramitação legislativa obrigatória antes da votação definitiva do texto. Caso seja aprovado em definitivo pelos vereadores, o projeto seguirá para sanção do prefeito Ricardo Nunes.